



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

---

## Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

### **A RELAÇÃO ENTRE MUSEUS DE CIÊNCIA E SOCIEDADE: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DE SEUS PLANOS MUSEOLÓGICOS**

*Por*

*Thais Pucu Neves*

Projeto apresentado ao Instituto de  
Comunicação e Informação Científica e  
tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo  
Cruz como requisito parcial para obtenção do  
título de Especialista em Informação Científica  
e Tecnológica em Saúde

Orientadoras: Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Soares  
Guimarães

Ms. Ana Carolina de Souza

Gonzalez

Rio de Janeiro, 2019

## SUMÁRIO

<b>1. Resumo</b> .....	III
<b>2. Introdução</b> .....	IV
<b>3. Justificativa</b> .....	VII
<b>4. Referencial Teórico</b> .....	X
<b>5. Objetivos</b> .....	XV
5.1. Objetivo Geral .....	XV
5.2. Objetivos Específicos .....	XV
<b>6. Metodologia</b> .....	XVI
<b>7. Resultados esperados</b> .....	XVII
<b>8. Referências</b> .....	XVIII
<b>9. Cronograma</b> .....	XX
<b>10. Orçamento</b> .....	XXI

## 1. Resumo

O presente trabalho constrói um projeto para pesquisa sobre planos museológicos dos Museus de Ciência da cidade do Rio de Janeiro que constam no Guia da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência. Neste contexto, intenciona-se analisar os dados coletados visando discutir como tais instituições se colocam na sua relação com a sociedade, partindo da apresentação que o próprio Museu faz por meio de sua Visão, Missão e Valores. Este trabalho compreenderá o Plano Museológico como um documento oficial informativo, que além de ser um documento obrigatório, reafirma os propósitos da instituição e assegura suas ações.

**Palavras-chave:** Museus de Ciência; Plano Museológico; Sociedade; Informação; Documento.

## 2. Introdução

Neste projeto de pesquisa tratarei dos Planos Museológicos dos Museus de Ciência localizados na Cidade do Rio de Janeiro, listados a partir do Guia da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências (ABCMC), publicado em 2015.

A Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências, fundada em 1999,

“surgiu para unir idéias, compartilhar experiências, projetos e possibilitar um grande intercâmbio de recursos e informações entre Centros e Museus de Ciência de todo o Brasil. Bem como identificar, fortalecer e difundir áreas e atividades de cooperação, apoiando programas de divulgação científica e articulando uma Política Nacional de Popularização da Ciência” (Sobre a ABCMC)

Esta Associação, de acordo com seu Estatuto, de forma resumida, tem como prerrogativas: o fortalecimento e apoio aos Centros e Museus de Ciências; contribuição para elevar a qualidade dessas Instituições; difundir áreas, programas, projetos e atividades dos Centros e Museus de Ciências; influir nas decisões sobre a área dentro da esfera pública e privada; estudar os problemas e buscar soluções; contribuir para formação de recursos humanos nas áreas de interesse; contribuir para elaboração, editoração e publicação de materiais sobre popularização da Ciência; apoiar criação de bases de dados pertinentes; propiciar redes de informação entre os Centros e Museus de Ciências; administrar os fundos arrecadados a fim de atingir os objetivos da Instituição; prestar serviços compatíveis; cobrar anuidades. (Estatuto ABCMC)

Essa Associação que

é referência para os Centros e Museus de Ciência no Brasil, ela é responsável por práticas que valorizam e evidenciam as atividades da área. Nesse sentido, a ABCMC criou o Programa Nacional de Popularização da Ciência, que propõe questões acerca da temática.

Por ser uma Instituição reconhecida e influente para os Centros e Museus de Ciência, nota-se a publicação do Guia ABCMC de 2015 como referência para listar os Museus de Ciência de todo o Brasil.

Os Museus de Ciência localizados no Rio de Janeiro listados a partir do Guia ABCMC 2015<sup>1</sup> foram os seguintes:

1. Museu do Amanhã
2. Museu de Astronomia e Ciências Afins
3. Museu da Vida
4. Museu Histórico Nacional
5. Museu da República
6. Museu da Justiça do Estado do RJ
7. Museu da Geodiversidade
8. Museu Espaço Ciência Viva
9. Museu da Imagem e do Som
10. Planetário/ Museu do Universo
11. Jardim Botânico/ Museu do Meio Ambiente
12. Museu Aeroespacial
13. Museu Casa Benjamin Constant
14. Museu da Escola Politécnica
15. Museu da Química Professor Athos da Silveira
16. Museu de Ciências da Terra
17. Museu Observatório do Valongo
18. Museu Itinerante de Neurociências
19. Museu Nacional
20. Museu das Telecomunicações/ Oi Futuro

---

<sup>1</sup> As inscrições dos Museus no Guia ABCMC são realizadas de forma voluntária pelos Museus.

A partir dessa listagem, será realizada uma análise documental dos Planos Museológicos de cada Instituição, no intuito de investigar como os museus se apresentam para a sociedade e assumem compromissos com ela, a partir de uma análise documental.

O conceito de Plano Museológico foi instituído pela lei 11.904/2009, que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Nesta lei, a Seção III é dedicada exclusivamente ao Plano Museológico, constando no Art.44 que “É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”. Esta mesma lei também define que:

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (lei 11.904/2009)

Já no Artigo 46, fica estabelecido que o Plano Museológico definirá a missão básica e a missão específica na sociedade de cada Museu.

Por meio do decreto presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta a Lei 11.904/2009 (Estatuto de Museus) e a Lei 11.906/2009 (Criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM), foi dada ao IBRAM a competência de regular, coordenar e manter atualizado para consulta os Planos Museológicos de Instituições públicas e privadas.

A partir do entendimento das leis e do decreto citados anteriormente, entende-se que o Plano Museológico é um documento Institucional oficial dos Museus que pode servir de base para pesquisa sobre cada Instituição, visto que neles se encontra o escopo e as questões norteadoras para o funcionamento de cada Museu.

### 3. Justificativa

Para dialogar sobre a importância da pesquisa em Museus de Ciência e demais aspectos inseridos nessa tipologia de Museu, é necessário contextualizar o cenário Museológico. Cury apresenta afirmação sobre o objeto de pesquisa museológico:

A museologia, há décadas, deslocou o seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como: a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto. Esse universo de relações deve ser enfrentado na perspectiva transdisciplinar dada a sua complexidade. (CURY, 2009, p.29-30)

A partir dessa afirmação da autora, entende-se que a Museologia não procura estudar apenas a forma clássica de entendimento do Museu, que é a partir dos objetos museológicos, mas também pesquisa e dá importância às questões que relacionam sociedade e museu.

O Museu pode desempenhar diferentes funções sociais, tais como ações com o entorno da localidade, pesquisas de público, ações de acessibilidade, exposições colaborativas, entre outras atividades.

Adicionalmente, o Plano Museológico pode ser trabalhado como um documento e objeto de pesquisa do Museu para, a partir dele, desenvolver ações que possibilitem relações entre Museu e sociedade.

Por ser o museu uma instituição comprometida com a sociedade, o plano museológico sempre se alicerça em aspectos administrativo (planejar estrategicamente), político (reunir pessoas estrategicamente para planejar e realizar) e técnico (decidir e agir com base em procedimentos técnicos), respeitando assim o ambiente que lhe agrega. (CURY, 2009, p.31)

Dentro do escopo da Lei que atribui aos Museus o dever de possuírem um Plano Museológico, é possível e necessário entender o Plano Museológico como um documento que faz parte do todo da instituição Museológica e que vai além de construir algo para deixar o Museu em dia com suas obrigações legais. É importante possibilitar que o Plano Museológico seja uma ferramenta norteadora para o Museu e suas atividades, construído por meio de pesquisas voltadas para a especificidade de cada Museu e suas muitas funções sociais.

Além das questões individuais de cada Instituição a serem abordadas em seus Planos Museológicos, construir esse documento é importante para afirmar a

importância e potência dos Museus enquanto Instituições culturais, científicas, de pesquisa, educativas, entre outros possíveis aspectos que podem ser tratados em um Museu. Além do Plano Museológico ser um documento em constante construção, que deve ser revisto pela equipe do Museu com periodicidade definida.

Ter um Plano Museológico bem construído é afirmar que o Museu é capaz de realizar diversas atividades que afetam positivamente a sociedade. Trata-se de uma importante oportunidade para institucionalizar suas metas e valores, principalmente em um momento como o que estamos vivenciando, no qual as políticas que apoiam os Museus estão sendo enfraquecidas.

Um exemplo desse momento de ataque às políticas voltadas aos Museus é a possível extinção o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM), através da Medida Provisória 850, de 10 de setembro de 2018. Segundo esta, a ABRAM será “serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos (...) com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos”.

De forma breve, o IBRAM, uma autarquia federal de direito público, que dentre suas funções está a de “promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico”<sup>2</sup>, poderá ser substituído por um órgão de direito privado, que não tem em suas funções as mesmas que o IBRAM. Esse cenário de mudança instaura insegurança para as Instituições museológicas. Por isso, é necessário que o Museu mantenha sua presença e afirme seus objetivos e seu lugar na sociedade, sendo o Plano Museológico o documento oficial para este fim.

Cada tipologia de Museu possui suas prioridades, missões e formas de trabalhar. Para os Museus de Ciência, as ações de divulgação científica podem ser vistas como uma das formas da relação entre Museu e Sociedade, já que tem como definição “o uso de processos e recursos técnicos para a comunicação da informação científica e tecnológica ao público em geral” (BUENO apud ALBAGLI, 1996, p.397).

---

<sup>2</sup> Fonte: LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.

Segundo Loureiro (2003):

(...) acreditamos que os museus científicos constituir-se-iam espaços de divulgação científica, tendo em vista buscarem "(...) transferir aos não-iniciados informações especializadas de natureza científica e tecnológica" (Bueno, 1985, p. 1422) valendo-se da recodificação da linguagem semântica e não-semântica- instrumentos e/ou produtos científicos e tecnológicos tornados objetos musealizados. A instrumentalização e ênfase no objeto musealizado constituem os mais expressivos elementos que diferenciam a instituição museológica dos demais meios de divulgação científica. (LOUREIRO, 2003, p. 91)

Popularizar a ciência é importante para que haja diálogo com o público, por vezes não especializado, percebendo o conhecimento que o visitante possui e criando relações entre ciência e público a partir dele. Esse aspecto é importante para democratizar a ciência, que pode ser comunicada com o público não apenas a partir de meios academicamente mais reconhecidos, como artigos em revistas especializadas ou pesquisas em Universidades.

Neste sentido, os Museus de Ciência afirmam seu papel social a partir de suas ações e propostas, tendo o Plano Museológico como a ferramenta que formaliza e registra as prioridades de cada instituição. Já no contexto dos Museus de Ciência, ele materializa o compromisso com a realização das ações de Divulgação Científica, o que garante uma forma de relação entre Museu e Sociedade.

#### 4. Referencial Teórico

O Museu, segundo a lei nº 11.904, de 2009, é definido da seguinte forma:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus)

Os Museus são Instituições que já existem desde o século XVII, que tiveram em seus primórdios os Gabinetes de Curiosidades, espaços nos quais eram expostos objetos de coleções particulares sem lógica de expografia como entendemos atualmente, sendo caracterizados por excesso de objetos. Muitas peças em exposição eram frutos de explorações realizadas a época.

Já com Coleções organizadas e expografia estipulada, surge o primeiro Museu público, o Museu de Arte e Arqueologia - Ashmolean Museum - criado em 1682 na Inglaterra. Já no Brasil, o primeiro Museu do país foi o Museu Real, atualmente nomeado de Museu Nacional, criado em 1818 na cidade de Rio de Janeiro, que completa seu bicentenário de existência no mesmo ano em que um incêndio de grandes proporções destruiu grande parte do seu acervo. O Museu Nacional possuía inicialmente uma coleção de história natural doada por D. João VI e com o tempo sua coleção foi aumentando e seu perfil de Museu de Ciências foi sendo moldado, mais fortemente a partir do final do século XIX (JULIÃO, 2001).

Com esses dois exemplos citados, é notória a trajetória dos Museus até a atualidade, evidenciando que, com o tempo, a forma como os Museus se portam e apresentam suas exposições e atividades para a sociedade se modifica. Isso se dá em diferentes tipologias de Museus, como Museus de Artes, Histórico e de Ciências. Neste trabalho tratarei especificamente sobre Museus de Ciências, que é meu objeto de estudo.

McManus (1992), afirma que Museus de Ciência são muito variados, assim como as escolas e os sistemas educacionais, tendo características individuais que afetam a maneira com a qual o conteúdo é apresentado ao público.

A mesma autora também categoriza os Museus de Ciência em três gerações, após Gabinete de Curiosidades. A primeira Geração é chamada pela autora de

“Saturação do objeto e informação autoritária” (tradução minha), marcada por museus que são advindos da história natural, com visitantes passivos e exposições contemplativas. A Segunda Geração, denominada como “O mundo do trabalho e avanço científico” (tradução minha), diz respeito aos museus essencialmente provenientes do tema científico industrial, com exposições de tecnologia aplicada e interação básica do público, como o uso de botões, por exemplo. A Terceira Geração, chamada de “Ideias em vez de objetos” (tradução minha), como o próprio nome deixa a entender, valoriza exposições que demonstram ideias e conceitos científicos, utilizando aparatos que permitam exposições interativas com o público. Nessa geração os espaços são conhecidos como Centros de Ciência e Tecnologia. (MCMANUS, 1992)

Essas Gerações não definem ordem cronológica, ou seja, a Primeira Geração não tem que acontecer obrigatoriamente antes da Segunda ou Terceira Gerações, e isso se repete para todas as Gerações. Além disso, uma Geração não precisa ser a única presente em um Museu de Ciência, um mesmo local pode ter propostas de diferentes Gerações. Ao visitar os Museus de Ciências atuais, mesmo que possamos perceber uma tendência ao uso de aparatos mais tecnológicos e interativos nas exposições, é importante compreender as três Gerações de Museus de Ciência e que a existência de uma não anula a existência de outra.

Em paralelo às Gerações de Museus de Ciência, surgem novos espaços científicos, além de Museus, que convergem suas ideias no que se refere à divulgação e popularização da ciência, mas que podem funcionar e buscar seus objetivos de diferentes formas de atuação.

Carletti (2006) mostra em sua tese de doutorado o aumento no número de espaços científicos culturais no Brasil, que pode ser visto no gráfico abaixo, construído pelo autor:

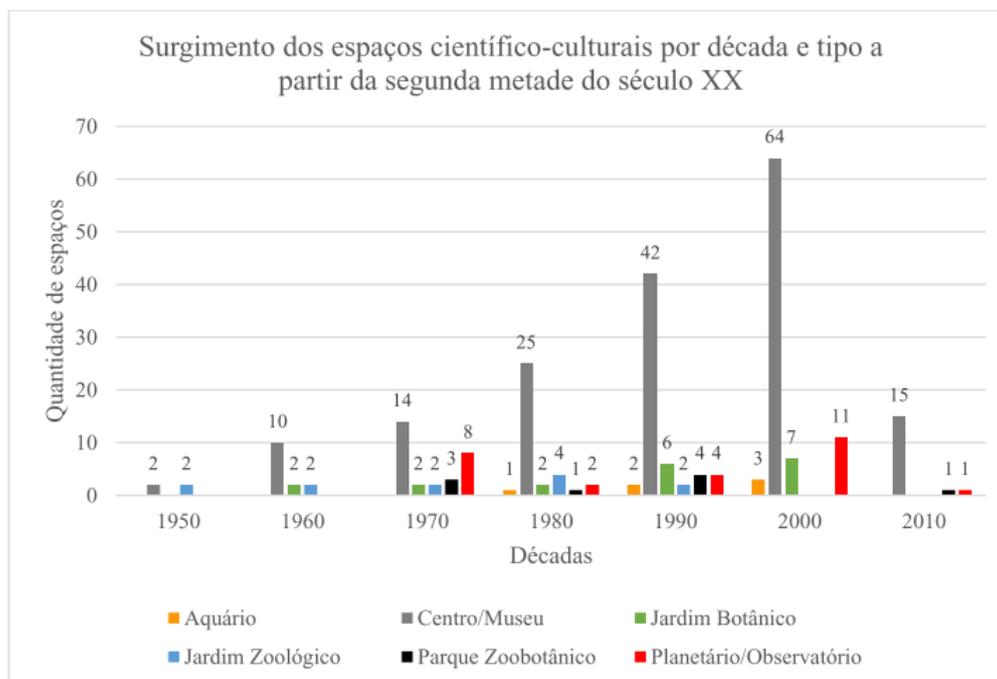


Figura 1- (CARLETTI, 2016, p.21)

É possível notar o crescimento no número de todos os espaços científico-culturais mostrados acima, e dentre eles o que mais se destaca, em estudo quantitativo, são os Museus e Centros de Ciência, que também se concentram nas zonas mais urbanas do país. Porém, por mais que seja visto claramente que o número de tais instituições tenha crescido com o passar dos anos, muitas estão fechando as portas, mesmo que em seus Planos Museológicos os Museus prevejam as questões relacionadas a sustentabilidade da Instituição, visto que este fato está fortemente relacionado com o desmonte das políticas públicas para Ciência e Tecnologia e Cultura no país<sup>3</sup>. Essa questão fica clara neste momento em que perdemos grande parte do acervo do Museu Nacional, primeiro Museu Brasileiro, e com isso, perdemos parte da história da ciência do Brasil e da humanidade em um incêndio.

Os Museus possuem deveres aliados aos seus princípios fundamentais, que, segundo a Lei nº11.904, de 14 de janeiro de 2009, são os seguintes:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

<sup>3</sup> Pretendo, em minha pesquisa que será realizada a partir deste projeto, tratar mais profundamente sobre o que envolve as políticas públicas para Museus de Ciências

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Para garantir seus princípios, os Museus realizam atividades e constroem documentos que pretendem assegurar esses princípios. No âmbito de documento, existe o Plano Museológico, que já foi definido anteriormente neste trabalho.

O Plano Museológico, como já foi comentado, é um documento institucional que norteia as ações de cada Museu. Enquanto um documento, ele pode ser interpretado como uma forma de “informação”, que, no sentido etimológico da palavra, significa dar forma a ação, é potência de orientar a ação.

O conceito de informação pode ser abordado de diversas formas, a partir de diferentes visões e autores. Porém, procuro neste trabalho tratar do documento como informação, como Buckland (1991) trata em seu texto “*Information as a thing*”. Mais especificamente, o autor apresenta o conceito de informação em três sentidos diferentes: a “Informação como processo”, que se trata do ato de informar; “informação como conhecimento”, referindo-se ao que é comunicado em si e “informação como coisa”, que traz a ideia de o objeto ser informação.

Para minha pesquisa, entendo que o conceito de informação como coisa, que o autor apresenta, vem ao encontro ao entendimento do Plano Museológico, documento institucional tangível, como informação. O autor define diferentes tipos de informação, dentre eles, “textos e documentos”.

Arquivos, bibliotecas, e escritórios são dominados por textos: artigos, cartas, formulários, livros, periódicos, manuscritos, e registros escritos de vários tipos, em papel, em microfilmes, e no formato eletrônico. O termo “documento” é normalmente usado para denotar textos ou, mais exatamente, objetos textuais. Pode parecer sem sentido incluir imagens, e até sons passíveis de conduzir algum tipo de comunicação, estética, inspiradora, instrumental, o que for. Nesse sentido, uma tabela de números pode ser considerada texto, assim como um documento, ou um dado. (BUCKLAND, 1991, p.5)

Definir rigorosamente o que é um documento é uma atividade que encontra dificuldades, já que essa conceituação pode ser interpretada de diferentes formas, como Buckland traz em seu texto:

O que, por exemplo, é um documento? Um livro impresso é um documento. Uma página manuscrita é um documento. Um mapa é um documento. Se um mapa é um documento, porque um mapa tridimensional também não seria um documento. Porque um globo também não poderia ser considerado um documento já que é, acima de tudo, a descrição física de alguma coisa. Modelos antigos de locomotivas foram feitos com propósitos informacionais, não recreacionais. Se um globo, um modelo da terra, é um documento, porque não considerar também um modelo de locomotiva ou um navio como um documento? O modelo é uma representação informativa do original. (BUCKLAND, 1991, p.6, tradução de Luciane Artêncio)

Mesmo com definições nem sempre consensuais sobre a definição de documento, neste trabalho trato o Plano Museológico como um documento institucional que imprime aspectos específicos de cada Museu. Mais especificamente,

O plano museológico define: as características da instituição (trajetória e abrangência de acervo e público), a missão institucional, os objetivos estratégicos, programas, metas, cronograma, recursos, etc. O plano museológico é a melhor expressão prática da política cultural do museu, abrangendo os seus programas e programação e as estratégias para alcançá-los na prática. (...) Faz parte do processo de elaboração do plano a missão, o diagnóstico, as metas estratégicas, as estratégias de ação, as opções e escolhas, as propostas, objetivos, etapas a serem construídas cooperativamente, como as demais, para que os profissionais não só se sintam, mas, sobretudo, sejam de fato agentes do processo. (CURY, 2009, p.31)

Sendo assim, o Plano Museológico é um documento que possui a potência de orientar uma ação, a partir dos dados apresentados em seu conteúdo.

## **5. Objetivos**

### **5.1. Objetivo Geral**

Analisar os Planos Museológicos dos vinte Museus de Ciência situados na cidade do Rio de Janeiro, a fim de estabelecer a missão que cada Museu tem com a sociedade e como cada Museu propõe essa relação, a partir de uma análise documental

### **5.2. Objetivos Específicos**

1 - A partir da leitura do Plano Museológico, identificar sob qual viés cada Museu apresenta sua relação com a sociedade e em qual momento do documento essa relação é apresentada.

2 – Levantar a aderência, se possui ou não, dos Museus de Ciência ao Plano Museológico, além explicitar como cada Museu disponibiliza esse documento.

3 – Entender os motivos pelos quais os Museus que não possuem Plano Museológico não o fizeram, procurar saber quais são as dificuldades encontradas pela Instituição nesse sentido.

## 6. Metodologia

Para minha pesquisa, pretendo fazer um levantamento de dados presentes nos Planos Museológicos dos Museus de Ciência listados anteriormente.

Apesar de já ter realizado uma pesquisa preliminar dos Planos Museológicos na *web*<sup>4</sup>, feita com o objetivo de entender um pouco do cenário que diz respeito à disponibilidade dos Planos Museológicos para o público, continuarei buscando os planos museológicos de cada Museu, por meio de contato direto com cada Instituição, primeiramente realizado por e-mail, caso esse tipo de contato não seja efetivo, buscarei contato por telefone ou irei até a Instituição para conversar com o responsável pelo assunto.

Feito esse levantamento, explicitarei quais Instituições possuem ou não o documento, com as que não possuem, entrarei em contato para me informar sobre os motivos que fazem a Instituição não possuírem um Plano Museológico, visto que consta em lei a obrigação dos Museus deterem esse documento, além de informar sobre a possibilidade da criação de um plano museológico, criando um panorama geral sobre os Museus de Ciência do Rio de Janeiro e a aderência aos Planos Museológicos.

Após o levantamento dos dados brutos e análise quantitativa da existência de Planos Museológicos, será realizada a análise qualitativa destes dados, a partir da leitura analítica dos Planos Museológicos em questão.

A partir dessa leitura analítica, explicitarei a forma como cada Museu trata sobre a sua relação com a sociedade, entendendo sobre quais interfaces cada Museu estabelece suas relações sociais e assume compromissos com ela, Relações que podem ser construídas de diferentes formas a partir das especificidades de cada Museu e como estes se colocam em relação ao público e sociedade.

---

<sup>4</sup> Procurei os Planos Museológicos que estão em Acesso Aberto na *web*, a partir dos sites oficiais dos Museus. Feita essa pesquisa, dos 20 Museus de Ciência listados, 5 possuem plano museológico em Acesso Aberto. Sendo estes: Museu do Amanhã, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu da Vida, Museu Histórico Nacional, Museu da República e Museu da Justiça do Estado do RJ.

## **7. Resultados esperados**

A realização da minha pesquisa almeja contribuir para a criação de um panorama dos Museus de Ciências localizados na cidade do Rio de Janeiro quanto à existência de Planos Museológicos. Em um segundo momento, a análise crítica destes documentos institucionais permitirá entender como cada Museu se relaciona com a sociedade e quais são os compromissos que estes se propõem a ter com o público.

A partir do levantamento e análise acima propostos, será possível compreender em que partes do Plano Museológico e de que forma cada Museu se apresenta para e propõe relações com a sociedade, possibilitando a criação de categorias para caracterização das possíveis formas em que estes compromissos sociais podem se estabelecer.

## 8. Referências

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Tradução livre de Luciane Artêncio. Disponível em <[http://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](http://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf)>

CARLETTI, Chrystian. Mediadores de centros e museus de ciência brasileiros: quem são esses atores-chave na mediação entre a ciência e o público? Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, 2016, Cap. 1-2.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. In GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Pena dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Orgs.). **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro: MAST, p.25 a 41, 2009.

**DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.** Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>>

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do Museu**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001 (Caderno de Diretrizes Museológicas)

**LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>

**LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. In **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 88-95, jan./abr. 2003.

McMANUS, P. Topics in museums and science education. **Studies in Science Education**, v. 20, p. 157-182, 1992.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.** Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv850.htm)>

**Novo estatuto.** Disponível em <<http://www.abcmc.org.br/publique1/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=63&sid=54&user=structureeditor>>. Acesso em 03 nov 2018

**Sobre a ABCMC.** Disponível em <<http://www.abcmc.org.br/publique1/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14>>. Acesso em 03 nov 2018.



## **10. Orçamento**

Para a realização da minha pesquisa não será necessário orçar os gastos, visto que toda produção de conteúdo será feita a partir de dados abertos, sem necessidade de pagamento para ter acesso ao conteúdo, no caso, os Planos Museológicos dos Museus.